

## LIVROS E REVISTAS

PIERRE BIGO. *La Doctrine Sociale de l'Église*. Recherche et Dialogue. Presses Universitaires de France. Paris, 1965. 537 págs. 26 NF.

Tem a Doutrina Social da Igreja uma perene necessidade de atualização. Necessidade que em realidade é dupla: tanto de uma plena tomada de consciência do momento histórico-social em que vivemos, como —paralelamente— de um reexame de si mesma, em face dos novos problemas sociais que surgem. É, pois, a necessidade de um processo de perene *aggiornamento*.

Acentuando o fator conjuntural sócio-econômico, não queremos de modo algum baixar a Doutrina Social da Igreja ao simples nível de uma “ideologia”, ainda que —infelizmente— haja cristãos que a ela se refiram como “à ideologia cristã”. A distinção aqui é de transcendental importância.

Sabemos que uma ideologia nasce — não propriamente de uma filosofia prévia do homem, aplicada e delimitada ao campo social, mas sim de uma conjuntura sócio-econômica concreta, ou seja, histórica. E não apenas por sua origem difere uma “ideologia” de

uma Filosofia Social ou da Doutrina Social da Igreja: difere também quanto à natureza da solução que propõe.

Tanto a Filosofia Social (presupondo previamente uma Cosmovisão ou uma Filosofia do homem e dos princípios éticos) como a Doutrina Social da Igreja (presupondo, além das aquisições da razão humana, todos os tesouros da Revelação Divina) aplicam-se a uma *solução social* da questão social.

Uma “ideologia”, pelo contrário (como o Nazismo, Comunismo, etc.), tende necessariamente a dar uma *solução total* à questão social. Onde possuir tôda ideologia o germe do totalitarismo, que por sua vez possui em germe a dupla negação da liberdade humana e da Religião — uma vez que se substitui a ambas.

É notável mérito do jesuíta francês PIERRE BIGO o ter elaborado uma exposição atualizada e original da Doutrina Social da Igreja. Seu livro, publicado no corrente ano, vem realmente trazer valiosa contribuição à visão cristã do problema social.

O Padre BIGO —que conhecemos pessoalmente em Paris na *Action Populaire* e vimos atuar

brilhantemente num congresso de sociólogos em Lugano, Suíça— elaborou um trabalho de síntese, que reúne o duplo e paradoxal mérito de ser imensamente pessoal e profundamente objetivo. É a Doutrina Social da Igreja repensada em 1965. Nota-se nessa reestruturação a marcante influência dos últimos acontecimentos da vida da Igreja: o Concílio Ecumênico Vaticano II e a atuação social dos Papas JOÃO XXIII e PAULO VI.

Numa primeira parte, estuda o autor as fontes — que ele denomina de “elaboração”— da Doutrina Social da Igreja: os Profetas, o Evangelho, os SS. Padres, SANTO TOMÁS DE AQUINO e as Encíclicas.

Na segunda parte, trata o autor da “inserção da fé na vida social” sob os seguintes títulos: as análises incompletas ou errôneas; civilização e evangelização; o ângulo (*approche*) cristão dos fatos sociais.

Temos na terceira parte um confronto de doutrina e história, com notáveis estudos sobre capitalismo, liberalismo, neoliberalismo e socialismo. O capítulo do socialismo é precedido por um valioso estudo sobre a *socialização*, que o autor encara em seu tríplice aspecto social, econômico e político.

Seguem-se ainda outras quatro partes, em que o autor desce —com grande conhecimento doutrinário e experimental— a inúmeras questões de ordem ética e técnica, como por exemplo a propriedade privada, o papel do Estado, a repartição atual dos recursos, o justo preço, o justo salário, o justo lucro, a previdência social, a instituição fiscal, as solidariedades internacionais, a empresa, a con-

centração econômica, as nacionalizações, o sindicalismo operário, a luta de classes, os conflitos coletivos do trabalho, etc.

Recomendando esta obra não só pela importância do tema que versa, como também pela atualidade com que o apresenta, seja-nos lícito expressar a síntese de nosso parecer em apenas um sincero desejo: seja este livro conhecido e divulgado no Brasil —e possivelmente traduzido! —*Flodoaldo P. Richtmann S. J.*

JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES. *Conciliação e Reforma no Brasil: Um Desafio Histórico-Político*. Editora Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1965.

Indubitavelmente, esse livro não concilia: seu desafio permite que tudo se faça, menos ignorá-lo. Extremamente discutível e extremamente sugestivo, o trabalho do Professor JOSÉ HONÓRIO é uma prova de sua vitalidade no contexto de uma historiografia esclerosada; “desfazendo mitos, tendo o senso da falência da tradição e mostrando a necessidade da ousadia e da novidade na concepção política do presente e futuro”, *Conciliação e Reforma* coloca em xeque a interpretação “oficial” da emergência do Brasil-novo e situa-se como uma das contribuições mais revigorantes à “imaginação historiográfica”.

“Conciliação e Reforma” e “Teses e Antíteses” sugerem que a conciliação —característica marcante da vida política nacional desde o Brasil-Colônia— é, na verdade, a anti-reforma; conciliação entre frações dominantes, accentua-se

progressivamente o “dissídio entre Poder e Sociedade” e os poucos momentos criadores são seguidos da esterilidade da dominação. Tais momentos foram sempre debitados ao povo durante toda a história do Brasil e a denominação era sustentada pelo “círculo de ferro” do Poder, garantindo a enorme estabilidade institucional, inabalável pela instabilidade política constante.

A questão do voto do analfabeto e a dos direitos políticos no Brasil indicam outra peça fundamental na manutenção daquele “dissídio”, pela marginalização dos setores mais representativos do povo.

Finalmente, a política do desenvolvimento é situada no conjunto do mundo subdesenvolvido, argumentando-se que sua frustração é razão direta da incapacidade de se promoverem as reformas.

Embora haja certa conexão entre essas partes, o livro não é uma obra homogênea (o que é assinalado no prefácio); e, a nosso ver, a parte mais importante é aquela constituída pelos primeiros dois capítulos. O voto do analfabeto e evolução dos direitos políticos são capítulos essencialmente polêmicos e descritivos; a explicação da marginalização da não-elite somente adquire outro tom quando inserida nas proposições dos primeiros capítulos. A política do desenvolvimento acrescenta muito pouco ao que já foi dito; a ameaça de “ousadia e novidade” através da abordagem funcionalista de sistemas políticos —anunciada pela indicação, em nota de pé de página, do livro de ALMOND e COLEMAN— infelizmente se revela apenas ameaça. A proposta de tipifi-

cação dos nacionalismos, em positivo e negativo, traz, mais uma vez, a discussão de um problema fundamental para um plano de debate acadêmico.

A primeira parte, esta sim, é um desafio: desafio a uma interpretação “legitimada”, desafio a uma inconsequente história mitologizada, desafio a uma historiografia “oficial” que oscila entre o “inventar-se” história e a pesquisa de detalhes perfeitamente irrelevantes. Sob esse prisma, *Conciliação e Reforma* adquire uma dimensão particularmente importante; trata-se de um desafio dentro da historiografia acadêmica, na qual a significação de toda a obra do Professor JOSÉ HONÓRIO é fato incontestante.

Relativamente à explicação histórica da conciliação existe muito de inconsistente; tais críticas, é claro, colocam-se —como as proposições mesmas do livro— no nível da opinião fundamentada. A pesquisa histórica sistemática ainda está por ser feita. A conciliação política como produto da miscigenação étnico-cultural, da predominância de dado tipo de povoador, da ambivalência de personalidade e/ou do “domínio étnico-minoritário de oligarquias regionais”, parece-nos recurso um tanto fácil para explicar-se algo que tem muito mais a ver com as funções políticas (e aqui ALMOND e COLEMAN podem ser produtivamente utilizados) de um sistema específico.

Entretanto, tudo justifica as expectativas no sentido de uma elaboração mais sistemática (e, esperamos, tão sugestiva como esta) na futura produção do Professor

## LIVROS E REVISTAS

JOSÉ HONÓRIO: a principal garantia é sua própria vitalidade no renovar-se. — *Amaury de Souza*.

DANTE COSTA. *Saúde, Alimentação e Pobreza na Amazônia*. Ministério da Educação e Cultura. Rio de Janeiro, 1965.

Sociólogos e economistas têm focalizado com especial atenção os problemas de desenvolvimento e planejamento econômico no Brasil. Devevamos reconhecer, porém, que é muito escassa e fragmentária a literatura que se ocupe da Amazônia, usando para examinar os problemas desta região os diversos instrumentos das modernas análises de planificação econômica. Por isto, o volume de DANTE COSTA constitui realmente obra de grande valor, quer pela oportunidade do tema, quer pelo modo como é desenvolvido.

O autor não se limita a identificar as fatôres que condicionam o subdesenvolvimento da Amazônia, mas se detém igualmente na formulação de uma política sócio-econômica que possibilite autêntico desenvolvimento da região amazonense. O livro revela profundo conhecimento do autor, que é um dos nossos melhores especialistas em questões de saúde e alimentação, e constitui uma síntese valiosa que demonstra sua familiaridade com os assuntos de que trata.

Desejamos salientar um dos aspectos do volume que nos parece extremamente valioso: sua compreensão da interconexão estrutural dos diversos problemas e a consciência de que pequenas ou esparsas obras assistenciais jamais po-

derão resolver os problemas da Amazônia nem mesmo a curto prazo. Impõem-se assim reformas que atinjam os próprios sistemas de posse da terra e conseqüentemente as relações humanas dela decorrentes. Apraz-nos citar algumas frases do autor: "Na geografia humana da Amazônia é preciso criar a sede física para o trabalho livre. É necessário que os que ali trabalham sejam libertados da solidão, da falta de convivência, do tremendo desconsólo de estar sempre só, e em terras que não são suas" (página 10). É como uma conclusão do volume: "A saúde não é uma forma cristalizada de viver sem doença. A saúde é possibilidade de viver livre das doenças mas com a capacidade de desenvolver progressivamente as potencialidades individuais. O homem é a grande meta do desenvolvimento econômico, sem o qual não há saúde duradoura. Sem contemplar diretamente o homem, será inviável o desenvolvimento econômico e social. Saúde é a crescente aptidão para a vida em termos de trabalho, eficiência e felicidade. E isto só se consegue, no plano individual, como conseqüência das modificações sociais operadas globalmente no curso do desenvolvimento econômico" (pág. 80).

Não temos nada a acrescentar, senão que, em meio de uma literatura panfletária ou alheia aos problemas vitais do povo, é alentador ver alguém afirmar que "as atividades agrícolas presentes e futuras, e a indispensável e progressiva industrialização que a Amazônia espera, só terão êxito, contudo, se o homem que nela nasceu ou que para ela imigrou, fôr considerado

a peça fundamental do processo" (pág. 21).

Freqüentemente se têm estabelecido esplêndidos planos econômicos sem atender aos custos sociais destes mesmos planos ou às diversas classes sociais que por eles serão atingidas. O autor não cai neste erro. Por outro lado, com documentação bem precisa, mostra os obstáculos estruturais ao desenvolvimento econômico da Amazônia, obstáculos que só poderão ser superados por uma política social bem profunda e que integre eficazmente esta região no esforço em prol do desenvolvimento brasileiro. — *R. Ozanam de Andrade, S. J.*

WILBUR SCHRAMM. *Panorama da Comunicação Coletiva*. Editôra Fundo de Cultura. Rio de Janeiro, 1965.

Um dos temas mais atuais das ciências sociais é o estudo da opinião pública e propaganda. Assim, grande parte das modernas pesquisas em sociologia tem sido canalizada no sentido de averiguar os efeitos da comunicação coletiva sobre grupos numerosos de pessoas. A influência dessa comunicação no comportamento eleitoral dos indivíduos tem sido focalizada nos últimos tempos com um detalhe nunca antes atingido. A alteração da estrutura de uma sociedade e as oscilações verificadas entre seus membros também já foram alvo de estudos pormenorizados.

Esta coletânea de ensaios, *Panorama da Comunicação Coletiva*, constitui uma análise das reações manifestadas por grupos de indivíduos interligados pelos mesmos in-

teresses ou pelos mesmos ideais aos diversos meios de comunicação coletiva.

A vida nas grandes metrópoles industriais possui como uma de suas características principais a multiplicidade das dependências e a variedade das instituições sociais. Com exceção de algumas categorias sociais, a maioria dos indivíduos é obrigada a determinados atos de sua vida quotidiana que os colocam em contato direto com pessoas de diversas categorias e classes sociais. Tôda a gente é compelida a um convívio mais ou menos prolongado com os companheiros de trabalho, com os mestres, autoridades religiosas e amigos, ou a entrevistas ocasionais com pessoas desconhecidas que a atividade profissional coloca em seu caminho. Por outro lado, somos também influenciados indiretamente pelo poder da comunicação coletiva quando pegamos num jornal ou numa revista, ou quando nos sentamos numa poltrona de cinema. Embora a nossa presença não tenha sua preponderância decisiva no desenrolar dos acontecimentos escritos ou gravados no jornal e no filme, eles exercem sobre nós um efeito tão intenso como o que recebemos de um contato pessoal com diversos indivíduos que nos rodeiam.

Essas influências externas condicionam a formação de nossas opiniões sobre numerosos assuntos e moldam profundamente as tendências de nosso comportamento. Quando se lê um cartaz de propaganda eleitoral ou se ouve uma mensagem radiofônica aconselhando a votar em certo candidato, nossa opinião sofre um impacto, posi-

tivo ou negativo, que poderá reforçar ou enfraquecer a decisão que previamente havíamos tomado. É nessa influência que se baseia grande parte da ciência publicitária moderna. Evidentemente um simples filme, cartaz ou mensagem radiofônica não bastam para mudar a opinião de quem os recebeu, principalmente se os pontos-de-vista de cada indivíduo se apresentavam de antemão consolidados. Mas, não resta dúvida que a repetição contínua desses veículos de propaganda pode remodelar profundamente a predisposição de nossa mentalidade e operar às vezes sensíveis transformações em nossos gostos e preferências, contra as quais nem sempre podemos opor o poder de nossa força de vontade.

Um dos capítulos mais interessantes do volume é o que estuda o fenômeno da dissonância congoscitiva e sua verificação experimental. Referimo-nos ao fato de que toda vez que uma pessoa dispõe de informações ou crenças que, se obedecidas, a levariam a evitar determinada ação, essas informações ou crenças são dissonantes com a prática dessa ação. Quando tal dissonância existir, a pessoa tentará reduzi-la, seja mudando seus atos, seja alterando suas crenças e opiniões. A impossibilidade de mudar o ato acarretará a mudança de opinião.

Esse processo psicológico que é chamado redução de dissonância explica o procedimento comum de justificar os próprios atos com um vocabulário de motivos socialmente aceitos. Surge então a questão de examinar as condições em que ocorre ou deixa de ocorrer o processo hipotético da redução de dis-

sonância e sua constatação experimental. Apesar de brevemente, os autores dão sugestões metodológicas de alto valor.

É assim oportuna a publicação deste pequeno volume que apresenta de modo muito sumário e em forma bastante popular uma resenha dos conhecimentos sociológicos sobre a comunicação coletiva.

R.O.A.

BERT F. HOSELTZ. *Aspectos Sociológicos do Crescimento Econômico*. Editora Fundo de Cultura. Rio de Janeiro, 1964.

A análise do crescimento econômico, a longo prazo, foi um dos ramos da economia que mais popularidade alcançou nos últimos anos. Este incremento deu origem a uma infinidade de artigos na imprensa especializada, que, por sua vez, motivaram um conhecimento mais exato da nova teoria que estava nascendo. Simultaneamente, começaram a surgir diversos compêndios da matéria.

Algumas das mais úteis contribuições a este novo tipo de literatura abordam os problemas típicos da Economia, tais como a formação de capitais, a criação de uma força-de-trabalho industrial, os aspectos monetários e fiscais do desenvolvimento econômico, o impacto deste sobre o nível de vida e sobre o consumo, as dificuldades decorrentes dos desequilíbrios no balanço de pagamentos, e muitos outros itens que comandam os princípios fundamentais da economia moderna.

Os leitores poderão encontrar, neste livro, importantes considerações sobre os conceitos mais fami-

liares à teoria econômica tradicional, que vem assumindo projeção cada vez mais evidente na análise teórica da economia dos países em vias de desenvolvimento. Os economistas modernos já estão, naturalmente, familiarizados com estes conceitos, mas, tal não acontece com os que se iniciam ou são leigos nesta matéria.

Uma vez que o despertar dos países subdesenvolvidos já se pode considerar, hoje em dia, uma realidade, e uma vez que o impulso da economia tem provado sua eficiência de acordo com alguns modelos, é oportuna a publicação desta obra, pois ela constituirá incentivo para verificar diversas variáveis, habitualmente não consideradas pelos economistas que se interessam pela teoria do desenvolvimento econômico a longo prazo.

Um dos problemas que Hosenitz localiza é de natureza mais teórica: o saber se se justifica a suposição de que as teorias do desenvolvimento econômico, em sua forma atual, são produto destes últimos anos, ou se a sua formulação remonta a épocas anteriores. Dado o interesse que, nos anos mais recentes, se concentrou nas condições e nos problemas do desenvolvimento econômico e nas medidas políticas adotadas para abolir a pobreza e a miséria vigentes em muitas partes do mundo, esta questão histórica pode ter certa relevância, mas cremos que o exame é por demais superficial e irrelevante, pelo menos no modo como é apresentado.

O nono capítulo do livro, que trata da urbanização e crescimento econômico da Ásia, reveste-se de interesse particular, especial-

mente se pretendermos comparar as idéias apresentadas com o que se está passando nos países que agora surgem no panorama político internacional. São questões de grande relevância, quer para o estudo do crescimento das próprias cidades, quer para a pesquisa de elementos sobre a formação dos núcleos sociais e do seu pujante crescimento econômico. A análise da relação entre este crescimento e a urbanização constitui o fulcro dos assuntos apresentados no capítulo mencionado.

O livro é mais sugestivo do que exaustivo. Se bem que lhe falte certa sistematização — que, de resto, talvez ainda não seja possível, no estado atual dos conhecimentos econômicos e sociais sobre os países em vias de desenvolvimento —, cremos que poderá ser muito útil para o economista e sociólogo que queiram efetuar útil colaboração interdisciplinar no exame dos problemas de desenvolvimento.

Lastimamos apenas que a tradução por vezes seja obscura e descuidada, usando uma terminologia inconsistente e variável. Seria interessante que houvesse maior unificação dos termos sociológicos empregados, e desejamos que esta nota não seja apenas uma crítica, mas um apêlo à editora, que tem lançado livros tão valiosos nos domínios da economia e sociologia.

— R.O.A.

*Demografia e Saúde Pública na América Latina.* Fundação Milbank Memorial, Nova York, 1964.

Como resultado da Quadragésima Conferência Anual da Funda-

ção Milbank Memorial, realizado em Nova York em setembro de 1963, foi editado o livro *Demografia e Saúde Pública na América Latina*.

Procurou aquela instituição congregar eminentes demógrafos e personalidades de renome no campo da saúde pública, para avaliar efetivamente o *status quo* da demografia na América Latina, e também proporcionar uma oportunidade de revisar as interrelações da demografia, saúde e bem-estar no Continente sul-americano.

O volume está dividido em quatro partes. As três primeiras referem-se, respectivamente, à avaliação de dados oficiais da demografia, investigações, ensino e treinamento sobre demografia. O seguinte é dedicado à relação demografia-saúde pública.

Estudando a população, os autores dos trabalhos "Avaliação dos dados do Censo" e "Estatísticas Vitais" examinam as deficiências de coleta de dados, mediante recenseamentos e registros permanentes.

O Professor **GIORGIO MORTARA** faz ampla análise dos censos realizados na América Latina, considerando diversos aspectos, tais como: periodicidade irregular, fidedignidade dos resultados totais, densidade e taxa de crescimento por divisão geográfica e política, discriminação entre a população urbana e rural, dificuldades das comparações internacionais, sexo e idade, erros voluntários e involuntários nas declarações de idade, estado conjugal, fecundidade, dados sobre cultura e economia.

O planejamento com bases estatísticas proporciona aos governos

meios seguros e mais capazes de promover o desenvolvimento econômico, social e sanitário. Para isto, necessário se torna que as estatísticas vitais sejam precisas, eficientes e, sobretudo, atualizadas.

**ADOLFO GAETE DARBÓ** defende a idéia de um programa de aperfeiçoamento dos serviços de coleta, atendendo às necessidades latino-americanas. Este programa poderia ficar a cargo de uma instituição internacional, interessada em sistemas estatísticos nacionais. As bases para um projeto dessa natureza, expostas detalhadamente pelo autor, teriam como consequência, quando muito, melhorar a organização e o funcionamento dos serviços de coleta e ainda obter que tais serviços funcionem efetivamente como elementos de um sistema administrativo.

Constituem objetos do segundo e terceiro capítulo "Pesquisas Demográficas" e "Ensino e Treinamento sobre Demografia", respectivamente. Os autores retratam, nestes setores, a situação da demografia na América Latina, dando especial relêvo às atividades da CEJLADE e da CEPAL.

Apresentam comentários acerca de trabalhos realizados, programas de ensino, bem como um catálogo classificado dos estudos efetuados. Ainda nesta parte do livro, merece atenção o trabalho do professor **RODOLFO STAVENHAGEN**, "As Pesquisas Sociais e Demográficas nas Universidades Latino-Americanas", por se tratar de matéria examinada sob ponto-de-vista mais sociológico que demográfico. Apresenta um histórico da investigação social na América Latina, resumindo seus principais campos de

interêsse, bem como faz uma análise crítica dos problemas que têm sido enfrentados pelos centros de pesquisas universitários.

O último capítulo versa sobre as relações da demografia com a saúde pública e o bem-estar social. O Sr. JOHN W. MORSE escreve sobre a demografia, *feedback*, e como tomar decisões em programas para o desenvolvimento econômico e social. É um trabalho em que os elementos essenciais estão envolvidos de profundo conceito sociológico. O ponto fundamental da tese do autor é a de que os países em desenvolvimento econômico dependem mais acentuadamente dos fatores sócio-psicológicos que do *know-how* e de outras fontes de recursos como, por exemplo, inversões de capital. Expressa também a crença de que, para se dar um cunho prático aos programas de desenvolvimento, é importante criar uma nova estrutura que venha entrar as diversas disciplinas das Ciências Sociais.

Por outro lado, o trabalho conjunto de JOSÉ L. JANER e de GUILLERMO ARBONA, "A Importância da Demografia na Planificação da Saúde e do Bem-Estar na América Latina", repousa em um argumento sólidamente fundamentado, qual seja, o de que, nos dias atuais, a demografia desempenha importante papel nos planejamentos de todas as atividades que promovam o bem-estar coletivo, devido, principalmente, às suas características de descrever, prever e diagnosticar. Portanto, é imperativo incluir a demografia em qualquer programa de estudo, que vise ao preparo de técnicos, para combater definitivamente, e de ma-

neira inteligente, os diversos e específicos problemas que afetam as sociedades humanas.

Ao concluir esta apreciação, quero esclarecer que a intenção foi apenas referir os aspectos mais salientes do livro, de modo a informar sobre sua estrutura geral e conteúdo. — Leon José Nahmias.

HANS MAIER. *Revolution und Kirche. Studien zur Fruegeschichte der christlichen Demokratie 1789-1901*. 2.<sup>a</sup> edição. Verlag Rombach. Freiburg im Breisgau, 1965. 332 págs. (Rombach Verlag Rosastrasse 9. Freiburg im Breisgau — Alemanha; preço 29 DM).

A obra consta de quatro partes, precedidas de uma introdução e seguidas de uma série de anexos sobre assuntos complementares ao tema central.

A introdução oferece uma visão global da evolução da democracia cristã e sua presença na política européia. Compreende ainda algumas considerações sobre a sociologia da formação dos partidos, estabelece as premissas históricas sobre as quais será desenvolvido o tema do livro e esclarece algumas questões de caráter metodológico e semântico.

A primeira parte focaliza o período de 1789-1794, no qual se esboçam as primeiras tentativas revolucionárias de aproximação entre a Igreja e democracia. Esta fase é escandida por três momentos: primeiros movimentos surdos de parte a parte, para reconhecimento do terreno de operações; o afrontamento mútuo e a ruptura; o malogro das primeiras tentativas.

A segunda parte objetiva detectar a grande fonte de resistência a todos os esforços de aproximação: a corrente tradicionalista encarnada, principalmente, por JOSEPH DE MAISTRE, DE BONALD e o LAMENNAIS da face anterior à sua ruptura com a Igreja. Estranhemos que não seja dado relêvo à figura de MONTALAMBERT, que como político militante exerceu profunda influência no sentido tradicionalista. Esta segunda parte cobre o período de 1795 a 1829.

A terceira parte, estendendo-se até 1850, enfoca o período decisivo, surpreende a inflexão definitiva do pensamento da Igreja, para as novas idéias democráticas. É o período histórico da emergência do catolicismo liberal e da democracia cristã. O período é dominado pelo nôvo LAMENNAIS, por BUCHEZ e sua escola, que elaboraram a primeira tentativa de um socialismo cristão, no sentido de absorção de certos elementos sociais do pensamento do saint-simonismo. O célebre artigo de OZANAM "Passons aux barbares" (= democratas) parece-nos ter tido uma importância histórica que mereceria maior atenção do autor.

A quarta parte, enfim, 1891-1901, acompanha os primeiros movimentos da democracia cristã no sentido de oferecer-se como denominador comum para as diversas tendências que começavam a se agitar e a se definir entre os cristãos. Com efeito, o movimento do catolicismo social, marcado pela influência de LÉON HARMEL no laicato e de LEÃO XIII no vértice da hierarquia católica, começa a tomar consciência da distância que o separava do catolicismo liberal,

do qual recebera a idéia de democracia.

O autor consagra três excursos finais para precisar certos problemas correlatos com seu tema: política evangélica e católica; democracia cristã como movimento social e como movimento político; catolicismo liberal, catolicismo social e democracia cristã.

Os estudos de HANS MAIER conduzem o leitor aos anos decisivos para o catolicismo europeu nos quais, pelo seu afrontamento com as idéias eclodidas da Revolução, era chamado a assumir uma atitude nova ante os novos sistemas políticos que emergiam. As páginas dêste livro notável revelam as lutas surdas que se agitaram no seio da Igreja e o período de gestação das atuais idéias democráticas.

Através das fontes estudadas pelo autor resulta que a aproximação entre a Igreja e as ideologias originadas da Revolução francesa foi preparada por profundas transformações anteriores a 1830, transformações essas tanto no conhecimento mais íntimo que a Igreja foi elaborando de si mesma, quanto na autoconsciência do próprio movimento revolucionário. Foi conhecendo-se mais intimamente que as duas forças descobriram que as incompatibilidades primeiras não tinham aquêle caráter essencial irreduzível que lhes emprestava o pensamento tradicionalista. As idéias revolucionárias agiram sôbre a Igreja. Primeiro, por contraste, contribuíram no sentido de determinar nela um enriamento das relações hierárquicas, mas, em seguida, também no sentido de ensinar uma nova revelação da vida

lidade da Igreja na criação de novas ordens religiosas para responder a novas necessidades, no sentido de abrir novas dimensões para a atividade do laicato, e no sentido de provocá-lo a novas linhas de ação no campo social. Mas a Igreja também atuou sobre a Revolução, obrigando-a pouco a pouco a abandonar as susceptibilidades de soberania político-religiosa do Estado jacobino e a reconhecer oficialmente a Igreja enquanto uma esfera do poder autônomo. O encontro da Igreja com a democracia atinge seu ponto alto no catolicismo liberal da França e recebe sua definitiva consolidação nos movimentos do catolicismo social europeu, dos quais haveriam de surgir, mais tarde, os atuais partidos democrata-cristãos.

As democracias cristãs da América Latina só teriam a lucrar com a assimilação de um estudo como o de HANS MAIER, elaborado com lucidez e vigor, afirmação que vale pela formulação de um voto em favor de sua ampla difusão entre nós. — *Fernando Bastos de Avila, S. J.*

ARMAND MATTELART, *El Reto Espiritual de la Explosión Demográfica*, Editorial del Pacífico S.A., Santiago de Chile, 1965, 85 págs.

O tema da explosão demográfica, principalmente na América Latina, é de uma atualidade indeclinável, tendo-se em vista inclusive a sua incidência no problema do desenvolvimento econômico e social do nosso Continente. Sua

gravidade pode ser inferida do fato que para muitos pensadores constitui o problema n.º 2 com que se defronta hoje a humanidade, só superado em gravidade pelo problema da possibilidade de uma guerra nuclear.

O tema é examinado sobre um bom embasamento informativo e estatístico, numa perspectiva essencialmente humanista.

Numa primeira seção o autor analisa, em traços rápidos, as diversas doutrinas demográficas através da história, inclusive de pensadores anteriores a MALTHUS que já relacionavam os problemas populacionais com o problema econômico. Dedicava maior atenção ao malthusianismo e neomalthusianismo e às diversas reações que suscitou, nos diversos campos ideológicos.

A segunda seção tem por objeto as relações entre ética e política da natalidade. É a parte central e mais extensa da obra. O problema é focalizado principalmente no contexto dos países subdesenvolvidos, a respeito dos quais o autor sublinha com vigor a responsabilidade ética dos países mais avançados. Na preocupação que manifestam para controlar o problema demográfico, nem sempre levam na devida consideração os aspectos morais e espirituais, a idiossincrasia e os ethos culturais dos povos que pretendem ajudar, como também se esquecem das reformas estruturais paralelas a toda política de controle da natalidade.

A terceira seção é consagrada às soluções, e nos parece, infelizmente, a parte mais fraca do trabalho.

Entre as contribuições novas que o presente estudo traz à formula-

ção do problema demográfico no Brasil, queremos assinalar duas: A atual orientação de alguns pensadores brasileiros no sentido de intensificar uma política de restrição da natalidade apresenta, como um de seus motivos, a idéia que tal política é a única a prevenir a nefasta difusão da prática do aborto. Ora, o livro contém os depoimentos mais inequívocos das autoridades mais insuspeitas de que tal política, longe de diminuir, aumenta o mal que pretende prevenir. Trata-se de depoimentos baseados nas experiências mais longas e mais sistemáticas de limitação de natalidade, como as realizadas no Japão, na Suécia, na Dinamarca e nos Estados Unidos. A explicação do fenômeno reside no fato que os que adotam os métodos contraceptivos os adotam na disposição prévia de não ter filhos; assim, nos casos frequentes de ineficiência do método adotado, em geral o recurso ao aborto é o corretivo preferido. Evidentemente, estão excluídos, destes métodos, os métodos que chamaríamos de irreparáveis, como, por exemplo, a esterilização masculina. São métodos, com efeito, que não representam mais uma solução humana do problema, mas uma solução de caráter zootécnico.

A segunda contribuição, e mais importante, insiste na necessidade de enfocar o problema da natalidade numa perspectiva global. Uma solução que se deixa absorver em preocupações e métodos de natureza puramente sanitaria mutila o panorama total em que se situa o problema e entra fatalmente no impasse das técnicas pecuaristas. O problema da natalidade é um as-

pecto apenas do grande problema da integração do homem nos quadros da cultura tecnológica. Esta cultura criou desajustamentos e crises com recursos a processos exclusivamente técnicos. A integração responsável das populações marginadas no processo de desenvolvimento, sua promoção educacional e cultural, a reforma de estruturas sociais arcaicas, entre outros, são problemas incomparavelmente mais graves e urgentes, que absorveriam automaticamente a quase obsessão concentrada sobre o problema da natalidade.

Por isto confessamos que, não obstante os méritos excepcionais do trabalho que analisamos, a conclusão para a qual converge nos decepcionou: a sugestão da criação de um Ministério da Família ou da População, cujas competências e finalidades são analisadas com certa minúcia no fim da obra, na seção dedicada às soluções. Esta conclusão, cuja importância, deixamos claro, não queremos subestimar, nos deu a impressão de que todo o trabalho se reduziu se dimensões de exposição de motivos de um relatório administrativo, pleiteando a criação de um novo órgão de governo. Afinal de contas, para as tremendas crises criadas nos povos subdesenvolvidos pelo impacto da industrialização, não é proposta uma solução humana, mas uma solução administrativa. Cremos que das premissas do trabalho o leitor tinha direito de esperar algo de menos burocrático e de mais profundo como, por exemplo, a demonstração de que na organização sistemática da educação para a responsabilidade reside a grande chave do problema. — F. B. A.

ANGUS MADISON, *Economic Growth in the West: Comparative Experience in Europe and North America*. Twentieth Century Fund., Nova York, 1965, 246 páginas. US\$ 4.50.

A boa vontade dos governos da Europa Ocidental de após-guerra, no sentido de usar métodos diretos para promover o crescimento econômico, em contraste com a timidez dos Estados Unidos nestes e noutros setores, é que justifica a expansão espetacular européia e o ritmo muito lento dos Estados Unidos, Canadá e Grã-Bretanha.

Êste é o pensamento central do novo estudo publicado pela Twentieth Century Fund., "Crescimento Econômico no Ocidente, estudo comparativo da Europa e dos Estados Unidos", pelo economista britânico ANGUS MADISON.

O autor descreve o renascimento do capitalismo na Europa Ocidental em 1950 como "brilhante, transcendendo qualquer outra experiência histórica de que se tenha conhecimento, com crescimento da produção, consumo, produtividade, investimento e emprego"; e atribui isto, em grande parte, a uma política econômica eficiente.

Desenvolvendo êste ponto, o autor comenta que "o principal objetivo desta política européia foi manter altos e estáveis os níveis de procura, o que resultou num inesperado aumento de lucros, investimentos e produtividade. Os instrumentos da política fiscal foram utilizados com freqüência. Novas medidas tributárias foram adotadas, com impactos diferentes sobre investimento e consumo.

Não houve a hesitação que, nos Estados Unidos, congelou a ação fiscal. Na Europa, a política governamental foi francamente intervencionista e foi dada pouca confiança aos estabilizadores automáticos. A política monetária usada foi muito mais brutal que a dos Estados Unidos, com grandes modificações nas taxas bancárias, no controle quantitativo do crédito e em outras medidas.

O autor crê que a economia européia demonstrou muito maior versatilidade na manipulação de novas técnicas para o estímulo e a orientação da demanda. Sob êste aspecto, está convencido de que a política dos Estados Unidos foi muito mais inibida do que a européia.

O trabalho demonstra que o êxito das medidas ativistas da Europa foi tal que nela o grau "normal" de desemprego é aproximadamente a metade do dos Estados Unidos: "e seu ritmo de crescimento não sofreu praticamente alteração pela recessão". O resultado disso, segundo MADISON, é que os riscos dos investimentos foram muito reduzidos, as oportunidades de lucro foram melhores que no passado e a parcela dos recursos investidos aumentou gradativamente atingindo níveis nunca antes alcançados.

O trabalho de MADISON assinala que os lucros da indústria alemã chegaram ao dobro dos lucros obtidos na indústria norte-americana.

Na Europa Ocidental, a taxa média de investimento é de 20% do produto total, sendo que na Alemanha e na Itália atinge 25%. Historicamente de 1870 a 1950, o investimento na Europa tem sido de

12% da renda bruta nacional. Mesmo na economia inglesa, de crescimento lento, a taxa de investimento era de apenas 15% do produto nacional bruto, na década 1950-1960, o que contrasta com a média a longo prazo de 7% observada no Reino Unido. Na opinião do autor, a principal razão desta expansão da oferta potencial, reside nesta aceleração da atividade investidora.

Nos diferentes países, a produtividade do investimento variou muito. Isto levou vários observadores a reduzirem a importância do capital e citar como fonte de crescimento forças residuais inexplicáveis. Entretanto, neste e noutros aspectos o autor insiste na importância, para explicar o crescimento econômico, dos fatores mensuráveis. O livro, portanto, contém um exame detalhado dos fatores que provocaram a variação nos diferentes países da renda do capital, como seja: variações no uso da capacidade produtiva, diferentes custos de reposição, efeito favorável na demanda de capital provocado pelo crescimento rápido da mão-de-obra, como na Alemanha; e o impacto do progresso tecnológico. Argumenta-se que estas razões explicam as diferenças de renda do capital entre os Estados Unidos e a Alemanha. Os Estados Unidos reduziram sua capacidade, a Alemanha aumentou, os Estados Unidos tiveram que empregar uma percentagem maior do capital na reposição e o crescimento da mão-de-obra foi menor que na Alemanha.

Uma das razões pelas quais a Europa pode aumentar tanto o investimento e ainda manter altas as

taxas de renda é que o nível de produtividade na Europa é apenas a metade do dos Estados Unidos. Esta situação de inferioridade foi provocada menos pela menor riqueza em recursos naturais na Europa e pelo fato de suas economias movimentarem menores balanços, do que pela existência de muito menores reservas de capital. O clima para investimentos na Europa, por várias décadas no passado, foi muito menos favorável do que nos Estados Unidos, e a Europa ainda não atingiu todo seu crescimento potencial.

O autor acredita que o abismo entre os Estados Unidos e a Europa, em matéria de produtividade, é essencialmente devido à falta de oportunidades de investimentos no passado. Os países europeus estão trabalhando abaixo do nível tecnológico ótimo.

Só agora a Europa se está equipando para técnicas de produção e gozando de padrões de consumo que os Estados Unidos já tinham adotado há muito tempo. Por isso qualquer parcela do produto bruto que, na Europa, for canalizado para a reinversão terá maior rentabilidade que na América do Norte.

O autor acha que estas são as razões fundamentais do aumento da produtividade e a razão por que a renda continuará a ser maior na Europa do que nos Estados Unidos.

MADISON assinala que diminuirá o impacto de alguns dos fatores especiais que mais contribuíram para o crescimento europeu. Assim, na década 1950-1960, 1,5 milhão de pessoas na França e Alemanha e 1 milhão na Itália abandonaram a agricultura de baixa produtivi-

dade. Outro fator estrutural que favoreceu a Europa e não os Estados Unidos foi que 60% do aumento do consumo europeu em 1950 se orientaram para a demanda de bens manufaturados, cuja produtividade é de mais rápido aumento, e apenas 40% para a demanda de serviços. Nos Estados Unidos e Canadá a posição foi diametralmente oposta.

A destinação dos recursos europeus melhorou graças ao grande aumento na divisão internacional do trabalho e ao fato de que os diversos países se concentraram naqueles bens que podiam produzir em melhores condições. Isto foi possível graças à eliminação de restrições quantitativas pela Organização Européia de Cooperação Econômica e pela influência do Mercado Comum na redução das tarifas alfandegárias.

O autor tem a impressão que nenhum desses fatores teve um impacto tão grande na oferta potencial como o aumento dos investimentos; não obstante, o eventual desaparecimento destes poderá acarretar no futuro uma redução no índice de crescimento. Contudo, acrescenta, há possibilidades de melhorar mais a política econômica, de maneira a assegurar um aumento do potencial de crescimento.

Cremos poder concluir que as vantagens reconhecidas pelo autor na atual conjuntura da economia européia continental, são devidas, em última análise, ao fato de que esta economia, superando os cânones rígidos de um sistema capitalista, avançou num ritmo mais decidido que os Estados Unidos no sentido de uma economia neocapitalista. — *Gene Borges.*

FRANK SHERWOOD, *Empresas Públicas — Textos selecionados.* Fundação Getúlio Vargas, em cooperação com o Centro de Publicações Técnicas da USAID. Rio de Janeiro, 1965.

Independentemente do sistema econômico-social adotado, um fenômeno típico deste século é o advento intensivo das Empresas Públicas — pertencentes e controladas pelo Estado. Não há país da área chamada "capitalista" que não tenha sido obrigado a estatizar determinadas atividades econômicas, por um motivo ou por outro, de maneira mais ou menos radical.

E a preocupação do autor deste livro — ou do compilador dos ensaios que o compõem — é exatamente analisar as conseqüências que advirão desta nova ordem de coisas para a eficiência das Empresas e para o desenvolvimento e a riqueza das nações.

As perguntas a que êle pretende dar resposta -- ou pelo menos ventilar o assunto -- são aquelas mesmas com que nos defrontamos no Brasil atual, tais como:

Deve a Empresa Estatal seguir os ditames da política do Estado, atendendo apenas, e diretamente, às imposições do bem público, ou se deve ater à necessidade de adotar um procedimento comercialmente correto e, portanto, rentável?

É a adoção da Empresa Estatal o único caminho a seguir para obter, em tempo útil, a *demarrage* econômica dos países subdesenvolvidos, onde os investimentos privados ou não existem ou não querem correr riscos a médio e longo prazo?

É a criação da Empresa Pública uma forma de libertar as atividades estatais das peias impostas pela burocracia ou por controles exagerados, que lhe cerceariam a flexibilidade econômica e administrativa?

Qual a melhor estrutura a ser adotada na organização das Empresas Públicas?

Quais os tipos aconselháveis de Empresas Estatais?

Será possível e sábio o Estado apenas financiar atividades econômicas, deixando à iniciativa privada a operação das Empresas assim criadas?

Será exequível aos Estados criar as Empresas, desenvolvê-las, para depois, quando aquela determinada exploração econômica se tornar rentável, passá-la às mãos da iniciativa privada? E quais serão as objeções que se poderá levantar contra tal medida?

Que problemas administrativos terão as Empresas Estatais, provenientes da influência do sistema de governo na sua orientação gerencial, do tipo de controle exercido pelo Estado, do custo de sua produção, da política de preços a ser adotada?

Qual o papel que desempenham as Empresas Públicas nos diversos tipos de países, desde aqueles onde predomina a iniciativa privada, até os de economia mista, e, finalmente, nos socialistas?

O método utilizado por FRANK SHERWOOD para percorrer estes terrenos delicados, mas que precisavam ser bem conhecidos, foi selecionar ensaios de autores diversos, versando uns sobre os aspectos genéricos das questões, seguidos por outros que analisam os mesmos te-

mas aplicados a vários países, incluindo aqueles de economia desenvolvida — como nos Estados Unidos e a Inglaterra —, os que passam à fase de início de desenvolvimento — como o Brasil, a Índia, o México —, os francamente subdesenvolvidos — como a Nigéria — e os socialistas — como a Rússia e a Iugoslávia.

Estes ensaios foram agrupados em cinco capítulos, nos quais se trata, respectivamente, a) de uma introdução geral ao problema da Empresa Pública; b) das várias formas que tomam as Empresas Públicas; c) de como se relacionam as Empresas Públicas com o desenvolvimento econômico dos países onde atuam; d) dos problemas políticos e administrativos que enfrentam as Empresas Públicas em geral; e e) de como se desenvolveram as Empresas Públicas no Japão, Áustria, Índia e Iugoslávia.

Em resumo, trata-se de livro útil, atual, informativo, especialmente para quem aceite bem o sistema, aparentemente dispersivo, das coletâneas de ensaios, vinculados a um mesmo tema, tão do agrado dos norte-americanos.

LOUIS CHESKIN. *Porque se Compra — A Pesquisa Motivacional e sua Aplicação*. Livraria Pionira Editôra. São Paulo, 196 págs.

Antes de se fazer qualquer comentário sobre o livro de LOUIS CHESKIN, *Porque se Compra — A Pesquisa Motivacional e sua Aplicação*, torna-se necessário falar um pouco do autor.

LOUIS CHESKIN é diretor do Instituto de Pesquisas em Côres.

e presidente de Louis Cheskin Associates, Marketing Research. HOWARD D. HARDLEY, do Departamento de Propaganda da American Newspaper Publishers Association na introdução ao livro, afirma: "CHESKIN é notável. Nunca soube de qualquer ocasião em que ele estivesse errado". Esta é uma afirmativa que valoriza o livro.

É através da pesquisa motivacional que se sabe porque o freguês compra. CHESKIN não indagou dos consumidores o porquê de suas compras, mas procedeu a uma série de testes controlados através dos quais descobriu o que leva as pessoas a comprarem. Ele acha que o sistema de perguntas não dá uma idéia correta: os consumidores não contam as razões porque compram, e sim o demonstram por seu comportamento.

No prefácio do livro, redigido pelo próprio autor, o leitor tem uma idéia de LOUIS CHESKIN e suas obras. Preocupado com a educação de adultos e com o propósito de viver com arte, CHESKIN descobre maravilhas no mundo das côres. Mas, deixemos o prefácio falar de CHESKIN e vamos ao livro.

Em 1957, VANCE PACKARD escreveu o livro *The Hidden Persuaders*. Nesse mesmo ano grande número de pesquisadores fizeram da motivação o objeto de discussões em vários ramos de atividade. Muitos ficaram nos ramos tradicionais da pesquisa; outros se dedicaram à pesquisa motivacional. O Instituto de Pesquisa em Côres, de CHESKIN, que já fazia pesquisas motivacionais com técnicas controladas e empregava também técnicas tradicionais, ficou entre as duas correntes.

*Porque se Compra* trata em primeiro lugar do processo de tomada de decisões. Em seguida, faz o estudo de um programa de mercado em que considera o produto, a embalagem, a propaganda e o preço, ou seja, o que CHESKIN chama de "os quatro aspectos". Esse capítulo ressalta o problema da fantasia e da cor na embalagem.

São feitas considerações sobre o que se pode e não se pode prognosticar e narrado o caso do carro Edsel como um exemplo do fracasso da pesquisa.

Num dos capítulos do livro afirma CHESKIN: "O produtor de alimentos para cães precisa apelar para homens e mulheres que fazem compras. Tudo que têm a fazer é possuir embalagens que levem os donos de cachorros a acreditar que o conteúdo da embalagem é bom para seus animais."

Dedica um capítulo ao problema do diferencial semêntrico que ele afirma estar na graduação de termos antônimos, formando assim o que chama a escala para medir julgamentos.

Em outro capítulo, dá àqueles que não se utilizam da pesquisa, por não a julgarem científica, uma resposta profunda sobre a pesquisa como ciência.

Trata-se, pois, de obra repleta de informações no campo da pesquisa e de muita utilidade para aqueles que se interessam pela propaganda e colocação de novos produtos no mercado, incluindo, como fecho, relatórios sobre estudos já realizados.

É mais uma realização da Editora Pioneira, sempre interessada nos problemas da Administração de Empresas.

HARPER W. BOYD JR. e RALPH WESTFALL. *Pesquisa Mercadológica*. Fundação Getúlio Vargas em cooperação com o Centro de Publicações Técnicas da USAID. Rio de Janeiro, 1965.

Mais uma contribuição valiosa para os estudantes dos problemas de Marketing é, sem dúvida alguma, o livro apresentado pela Fundação Getúlio Vargas. Os tradutores, Professores AFONSO C. A. ARANTES e MARIA ISABEL R. HOPP, da Escola de Administração de Empresas de São Paulo, deram também realce ao trabalho.

Os autores, ambos professores da Northwestern University, além do grande conhecimento que possuem sobre a matéria, contaram com excelentes colaboradores, tanto no campo acadêmico como no dos negócios. Citaremos a colaboração de W. D. BARCLAY, da firma Elrick Lavidge & Co., no capítulo sobre a amostragem, apresentada em sua forma mais técnica do que matemática, simplificando assim o estudo de tão importante parte da pesquisa. Outra contribuição valiosa é dada na elaboração de casos, na qual PETER G. PETERSON, da Mc Cann-Erickson, e o Professor W. F. BROWN, da Universidade da Califórnia, apresentam utilíssimos exemplos.

Os autores do livro tiveram a preocupação de escrever um trabalho que "combinasse a discussão textual sobre a pesquisa com casos para exemplificar."

O livro começa com uma introdução no campo da pesquisa de mercado, fazendo os autores uma

comparação entre a pesquisa em geral e a pesquisa específica de mercado. Mostra uma série de problemas da comercialização que podem ser resolvidos com a ajuda da pesquisa. Discute todos os métodos básicos para a coleta de dados.

Em seguida, estuda as diversas fases da pesquisa até a elaboração do relatório final, apresentando de maneira clara e objetiva cada fase, numa linguagem não só acessível aos acadêmicos como aos homens de negócios.

Trata ainda das aplicações da pesquisa no campo da propaganda, das vendas, do estudo do produto e da pesquisa motivacional.

Na aplicação da pesquisa motivacional as atitudes, conjecturas, sensações, imagens e motivos são separadamente examinadas e suas influências na comercialização dos produtos são apontados.

O estudo do comportamento humano com relação à compra de produtos e serviços é hoje de grande valia para os homens de negócios. Determinar porque o consumidor compra um produto em detrimento de outro é o grande objetivo que publicitários desejam atingir. Assim, o capítulo das aplicações da pesquisa motivacional aparece com relevância no conjunto do tratado.

Apresenta ainda o livro, no fim de cada capítulo, casos relacionados com os textos, que julgamos de real utilidade, sobretudo para aqueles que procuram nos cursos intensivos um meio de treinamento de gerência.

*Pesquisa Mercadológica* é, pois, um livro de interesse inestimável para os homens de negócios.